

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH HOSPITAL E PRONTO SOCORRO DELPHINA RINALDI ABDEL AZIZ (CNPJ 23.453.830/0022-02)									
Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)					Demonstração dos Superávits dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)				
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020		
Circulante		41.277.669	34.640.742	Circulante		34.737.182	25.326.038		
Caixa e equivalentes				Fornecedores	9	18.232.530	15.767.535		
de caixa	4	9.077.589	26.561.192	Obrigações trabalhistas	10	9.501.517	7.318.431		
Contas a receber	5	22.231.631	931.207	Obrigações sociais	11	1.697.896	1.377.740		
Estoques	6	8.807.000	6.745.637	Obrigações fiscais		634.084	733.986		
Adiantamento				Outras contas a pagar	13	4.473.935	48.346		
funcionários		342.817	122.007	Partes Relacionadas	12	197.220	80.000		
Outros créditos		818.632	274.313	Não Circulante		4.021.641	6.173.802		
Depósito Judicial		-	6.386	Partes Relacionadas	12	4.021.641	6.173.802		
Não Circulante		28.811	34.361	Patrimônio Líquido	15	2.547.657	3.175.263		
Imobilizado	7	26.064	30.366	Patrimônio Social		1.741.680	666.671		
Intangível	8	2.747	3.995	Superávit do exercício		805.977	2.508.592		
Total do Ativo		41.306.480	34.675.103	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		41.306.480	34.675.103		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)									
		Patrimônio Social		Superávit acumulado		Total			
Em 31 de dezembro de 2019		-		643.464		643.464			
Incorporação ao Patrimônio Social		643.464		(643.464)		-			
Ajustes patrimoniais		23.207		-		23.207			
Superávit do exercício		-		2.508.592		2.508.592			
Em 31 de dezembro de 2020		666.671		2.508.592		3.175.263			
Incorporação ao Patrimônio Social		2.508.592		-		-			
Ajustes patrimoniais (nota 15)		(1.433.583)		-		(1.433.583)			
Superávit do exercício		-		805.977		805.977			
Em 31 de dezembro de 2021		1.741.680		805.977		2.547.657			
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)									
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz é uma unidade hospitalar da rede estadual de Saúde, com atendimento a assistência à saúde, em regime de hospitalização atendendo as patologias com atendimento especializado em diagnóstico, terapêuticas e exames de alta e média complexidade. A unidade oferece assistência de alta e média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica, ambulatório de especialidades, exames de raios-x, ultrassom, laboratoriais e centro de hemodiálise. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital passou também a ser o primeiro como referência para tratamento da COVID 19 em sua nova variante Ômicron no Estado do Amazonas, encerrando 2021 com o total de 100 leitos de UTI. Localizado na Avenida Torquato Tapajós, 9250, Colônia Terra Nova, 69.093-415, Manaus - AM.									
b) Contrato de Gestão: O Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, celebrando o 8º Termo Aditivo com validade até 30/09/2022. Em 2021, o Hospital foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID 19 em sua nova variante Ômicron, havendo complemento do atual contrato de gestão, onde foi acrescido ao valor do repasse mensal, recursos para suprir custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:									
Âmbito	Legislação	Publicação							
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	23/12/1970							
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	19/11/1969							
Municipal	Lei Municipal nº 416	16/08/1967							
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde no qual se encontra pendente de julgamento. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009.									
2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 25 de março de 2022.									
2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.									
2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.									
2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do									
valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Ativo imobilizado: Os imobilizados de gestão pública são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) Ativos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) Apuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2021 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela									
		Receitas Operacionais		Nota		2021		2020	
		228.056.540				150.733.824			
Serviços prestados		228.056.540				150.733.824			
pacientes SUS									
Custos		(209.041.783)				(139.596.864)			
Pessoal e encargos		(62.596.905)				(37.047.064)			
Serviços de terceiros		(74.751.352)				(65.537.274)			
Materiais e medicamentos		(71.693.526)				(37.012.526)			
Despesas		(17.262.823)				(8.563.076)			
Pessoal e encargos		(15.649.226)				(9.261.766)			
Despesas gerais e administrativas		16		(2.235.943)		(3.224.028)			
Depreciação/amortização				(5.123)		(4.634)			
Impostos, taxas e contribuições				(30.800)		(8.698)			
Outras receitas e despesas operacionais				658.269		3.936.050			
Financeiras, Líquidas		(945.957)				(65.292)			
Receitas financeiras		212.475				144.678			
Despesas financeiras		(1.158.432)				(209.970)			
Superávit do Exercício		805.977				2.508.592			
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 - Em Reais (R\$)									
Fluxos de caixa de atividades operacionais		2021		2020					
Superávit do exercício		805.977		2.508.592					
Ajustes para reconciliar o resultado		5.123		4.634					
Depreciação/amortizações		5.123		4.634					
(-) Superávit ajustado		811.100		2.513.226					
Variações no circulante das contas de ativo e passivo		(14.088.313)		15.963.784					
Redução / (aumento) dos créditos - circulante		(22.059.167)		12.083.477					
(Aumento) de estoques		(2.061.363)		(5.214.946)					
Aumento de fornecedores		2.464.995		4.175.605					
Aumento de obrigações trabalhistas		2.183.086		3.893.705					
Aumento de obrigações sociais		320.156		830.606					
Aumento de obrigações tributárias		(99.902)		125.543					
Aumento de outras obrigações		6.597.038		46.587					
Aumento / redução das obrigações - não circulante		-		-					
Ajustes patrimoniais		(1.433.156)		23.207					
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades operacionais		(13.277.213)		18.477.010					
Atividades de investimentos		-		(2.350)					
Aquisição de imobilizado		-		(2.350)					
Aquisição de bens do intangível		-		-					
Atividades de financiamento		(4.206.390)		4.390.581					
Partes relacionadas		(4.206.390)		4.390.581					
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(17.483.603)		22.865.241					
Varição em caixa e equivalentes de caixa (nota 4)		26.561.192		3.695.951					
Saldo existente no início do exercício		26.561.192		3.695.951					
Saldo existente no final do exercício		9.077.589		26.561.192					
(Redução) / Aumento no caixa e equivalentes de caixa		(17.483.603)		22.865.241					
entidade. l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. 3. Impactos da COVID 19 em sua nova variante Ômicron nas operações: A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID 19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio com a SES-AM, de forma que tenha os recursos necessários para manter a continuidade de suas operações enquanto houver restrições econômicas, sociais e riscos de entrega de insumos e fornecimento derivadas da pandemia; A Unidade está investindo na contratação e capacitação dos profissionais que atuam na assistência, destacando a importância do uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) para redução dos riscos de contaminação. Tem ainda finalidade de aprimorar a rotina de atendimento dos pacientes com a COVID 19 em sua nova variante Ômicron, evitando propagação do vírus entre empregados, usuários e no ambiente hospitalar. Buscar excelência e eficácia no atendimento aos pacientes. Dados levantados por sistema do Ministério da Saúde mostram que a unidade teve o maior número de altas entre as unidades públicas e privadas. A Administração analisa suas perspectivas sobre os efeitos econômicos da disseminação da COVID 19 em sua nova variante Ômicron no País, considerando que apesar de ter sido eleito pela SES-AM, como referência para atendimento à COVID 19 em sua nova variante Ômicron, as operações do Hospital ainda podem ser impactadas, em 2022, por nova fase de restrições impostas pelas autoridades governamentais e pela necessidade aumento de carga horária de atendimento ou obtenção de novas <i>continua</i>									

➤ *continuação* necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis.

Ênfases: Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto. i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Amazonas), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** i) Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 24 de março de 2021, sem modificações. ii) Conforme descrito na nota explicativa 3, a Entidade vem acompanhando a evolução de contágio e definições sobre restrições de atividades e circulação, promovendo a manutenção de sua estrutura para atendimentos emergenciais relacionados ao COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão do Hospital, concluindo por não ser

necessário realizar provisões adicionais ou reavaliação da estrutura do contrato de gestão. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles inter-

nos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 25 de março de 2022.

Planners Auditores Independentes

CRC.SP. nº. 2SP 14.712/O-2

CVM 11.398 - CNAI PJ 000219

Heitor Piovam

Contador CRC 1SP 331.721/O-0

Auditor Independente - CNAI 6.199

Protocolo 82966

USE MÁSCARA!

*Eu te protejo,
você me protege.
Juntos protegemos
a todos!*

USE

- ✓ nas ruas
- ✓ no comércio
- ✓ no transporte
- ✓ nas filas
- ✓ EM TODOS OS LUGARES

 **imprensa oficial**
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

 **AMAZONAS**
GOVERNO DO ESTADO